



---

## Expediente

---

### **Cartilha de Formação - Golpe de 1964**

publicação: SINPRO ABC - Sindicato dos Professores do ABC - Março de 2016

**site** [www.sinpro-abc.org.br/](http://www.sinpro-abc.org.br/)

[facebook.com/sinproabc/](https://facebook.com/sinproabc/)

**E-mail:** [imprensa@sinpro-abc.org.br](mailto:imprensa@sinpro-abc.org.br)

**Produção:** Sindicato dos Professores do ABC - (11) 4994-0700

**Diretoria:** José Jorge Maggio, Edilene Arjoni Moda, Rafael Pereira Fieri, Aloísio Alves da Silva, Mariana de Melo Rocha, Paulo Roberto Yamaçake, Marcelo Buzetto, Alex Silva Nogueira, Alexandre Cevalhos Linares, Carlos Ayrton Sodré, Celia Regina Ferrari, Cristiane Gandolfi, Denise Filomena Lopes Marques, Edécio Plenas Gomes, Elias José Balbino da Silva, Gladston Alberto Minoto da Silva, Helio Sales Rios, Jorge Gonçalves de Oliveira Junior, José Carlos Oliveira Costa, José Oliveira dos Santos, Marcelo Buzetto, Maria Aparecida de Donato, Nelson Valverde Dias, Thiago Figueira Boim.

**Diretor de Comunicação:** Nelson Bertarello

**Jornalista:** Sérgio Corrêa (mtb 19.065)

**Capa e Editoração:** Israel Barbosa

**Imagens:** Internet

**Endereço:** Rua Pirituba, 65 - B. Casa Branca - Santo André - SP CEP: 09015-540  
Telefone: (11) 4994-0700

**Material de pesquisa:** A Ditadura Envergonhada, Elio Gaspari, Companhia das Letras, 2002.  
O Fantasma da Revolução Brasileira, Marcelo Ridenti, Unesp, 1993.  
O golpe de 64 – Momentos decisivos, Carlos Fico, Editora FGV.

---

Distribuição gratuita para os sócios do Sindicato

---

# Introdução

## Dois Projetos de Desenvolvimento Econômico-Social (1930-1964)

*Marcelo Buzetto*

As forças políticas que se enfrentaram no período pré-64 expressam, na verdade, dois projetos de desenvolvimento econômico e social para o Brasil. Um setor, representado pelo presidente João Goulart (“Jango”) e a maioria de sua base de apoio, se considerava herdeiro do nacionalismo-trabalhismo de Getúlio Vargas, que governou o Brasil de 1930/1945, através de uma violenta ditadura civil-militar que perseguiu principalmente os comunistas, mas também outros setores progressistas e, entre 1951/1954, quando foi eleito pelo voto popular e contou com uma base de apoio que tinha setores de centro-direita, centro, centro-esquerda e esquerda.

Dessa herança getulista nasceu o nacional-desenvolvimentismo, uma corrente teórica que entrou no debate sobre os rumos da economia e da política no Brasil. O Vargas do segundo governo apresentou propostas de desenvolvimento onde o Estado e o governo ampliassem seu protagonismo, principalmente para assegurar um “desenvolvimento econômico com justiça social”, que era a palavra de ordem dos trabalhistas.

No interior do nacional-desenvolvimentismo se desenvolvem as mais diversas correntes teóricas e políticas, umas mais à esquerda, outras mais conservadoras. Como no caso brasileiro a burguesia nasce e se desenvolve de maneira submissa aos interesses e vontades do capital estrangeiro, o Estado e o governo acabam assumindo um papel decisivo no desenvolvimento capitalista nacional.

A criação de empresas estatais e a tentativa de nacionalização de determinados setores da economia (como a exploração de petróleo, a geração de energia elétrica, as telecomunicações, etc.) são algumas características do nacional-desenvolvimentismo varguista, que será uma referência para Jango, que foi Ministro do Trabalho de Vargas (o único na história do Brasil que propôs um aumento de 100% no salário mínimo). Também é preciso considerar que este bloco de forças políticas, apesar de ter na sua direção o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Vargas e Jango, tinha a presença ativa do Partido Socialista Brasileiro (PSB), de Miguel Arraes (ex-governador de Pernambuco) e Francisco Julião (Deputado Estadual/PE e líder das Ligas Camponesas) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de Luis Carlos Prestes, Carlos Marighella, Apolônio de Carvalho, Caio Prado Júnior, Gregório Bezerra, entre outros.

No geral essas forças construíram uma aliança com um projeto de desenvolvimento de caráter nacional-popular, defendendo a industrialização do Brasil sob o controle da indústria nacional (privada e/ou estatal), a afirmação da soberania e da autodeterminação diante dos interesses políticos e econômicos das principais potências capitalistas/imperialistas, a defesa de uma política externa independente, além de reformas sociais como a reforma agrária (para democratizar o acesso à terra), a reforma urbana (para garantir moradia digna para todos), a reforma universitária (para garantir educação pública, gratuita e de qualidade para todos), a reforma tributária (para fazer com que os ricos paguem mais impostos sobre suas grandes fortunas e sua renda), a reforma do sistema bancário (para que o Estado e o governo tenham mais controle sobre os bancos e o sistema financeiro), etc.

Outro projeto que se desenvolveu entre 1930 e 1964 foi o projeto entreguista/pró-imperialista, elaborado por liberais que representavam os interesses de setores empresariais conservadores, do grande capital estrangeiro e dos latifundiários.

Com apoio explícito do governo dos EUA e participação ativa de políticos como Carlos Lacerda (governador da Guanabara/RJ), Magalhães Pinto (governador de Minas Gerais) e Adhemar de Barros (governador de São Paulo), esse projeto conservador, antidemocrático, antipopular e pró-imperialista foi o vitorioso com o golpe de 31 de março.

Começou assim um novo período de desnacionalização da economia, as riquezas nacionais foram entregues às empresas multinacionais/transnacionais e a violência/repressão praticada pelo Estado/Governos aumentou contra os trabalhadores e as massas populares em geral, tortura, sequestros e assassinatos praticados por agentes do Estado, na política regional/internacional submissão do Brasil aos EUA, fim das liberdades democráticas, privatização da educação e da saúde, crescimento da dívida externa, arrocho salarial, etc.

## **A resistência do povo brasileiro: exemplo de coragem e determinação**

Diversas formas de luta e de organização se insurgiram contra os governos antidemocráticos e antipopulares do período de 1964/1985. A ditadura perseguiu, prendeu e matou, mas enfrentou a heroica resistência de homens e mulheres que perderam a liberdade ou a vida para defender ideias e princípios (algo raro hoje em dia). Entre 1968/1976 as ações de movimentos político-militares de esquerda ganharam destaque, e a luta armada entrou em cena como a única forma de enfrentar de maneira contundente as injustiças cometidas contra o povo pelos governos militares. Entre 1976 e 1985 ressurgiram os movimentos de massa da classe trabalhadora do campo e da cidade, com greves, passeatas, ocupações de terra e de terrenos urbanos, lutas do movimento estudantil, movimento pelas “Diretas Já”, a luta pela anistia para os presos políticos e para os exilados, eleições de prefeitos e parlamentares progressistas e de esquerda, etc. A conjuntura do país mudou e as forças populares e democráticas avançaram. Foram derrotadas em 1984 no movimento “Diretas Já”, por um parlamento que, ontem ou hoje, segue sendo conservador e defensor dos interesses da classe dominante. A “transição democrática” (1985/1989) ocorreu com muitas mortes e prisões de trabalhadores em luta por transformações sociais. E no final os torturadores, assassinos, sequestradores e mandantes de crimes como estes, agentes do Estado (das polícias, das forças armadas, do Serviço Nacional de Inteligência – SNI), saíram impunes. Beneficiados por uma Lei de Anistia aprovada por um Congresso sem legitimidade, os culpados estão soltos. Nem processo, nem prisão. Por esta razão ainda é comum um policial matar um cidadão e não ser punido por isso: herança da ditadura.

## **52 anos depois: nenhuma reforma estrutural, repressão e violência dos agentes do Estado/governos. Que democracia é esta?**

Quais lições podemos tirar depois de 52 anos: 1) Não bastam eleições diretas para fazer um país mais democrático; 2) A estrutura econômica dominante ainda continua sendo aquela criada pela ditadura, baseada na concentração de renda, na desigualdade social, na desnacionalização da economia e na concentração de poder econômico entre os setores do grande capital nacional e estrangeiro; 3) Não haverá democratização do país sem conquista social, sem movimentos sociais e políticos progressistas e de esquerda com força para alterar a correlação de forças; 4) As mudanças só vêm com luta social e unidade entre movimentos da

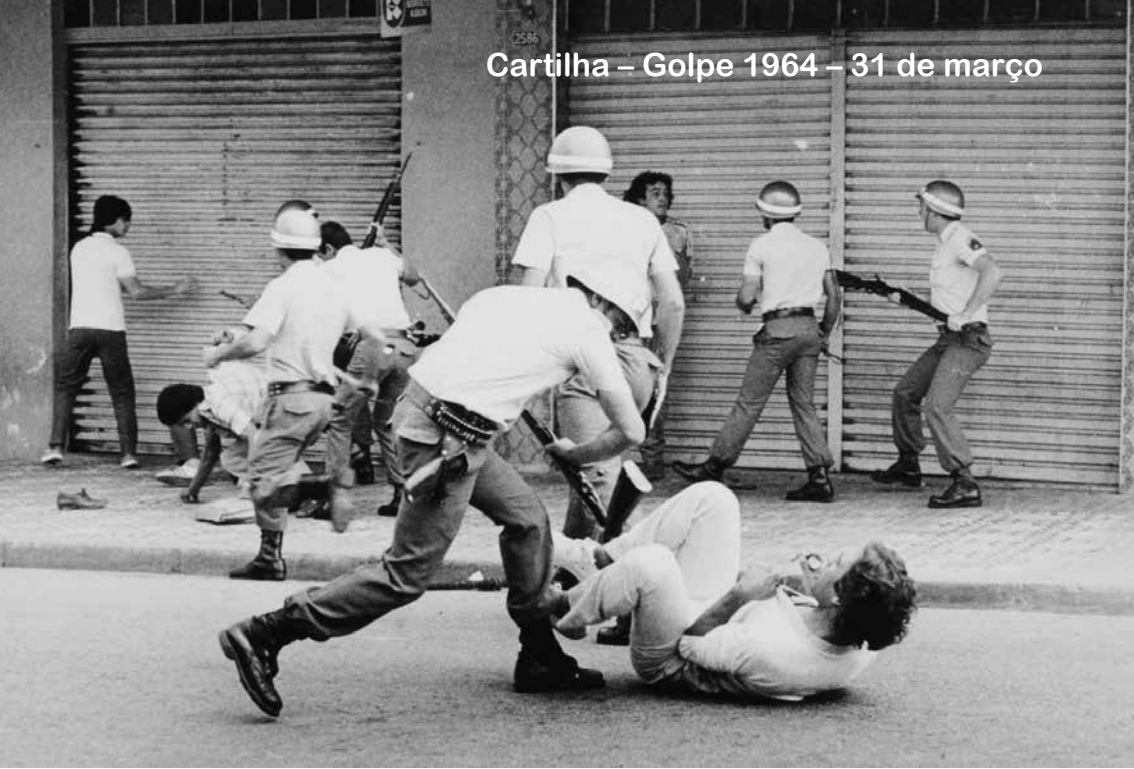


classe trabalhadora do campo e da cidade; 5) Que a estrutura repressiva do Estado e dos governos não foi desmontada, e as polícias e o poder judiciário atuam hoje da mesma maneira que na época da ditadura, criminalizando os militantes, prendendo, processando e, muitas vezes, assassinando militantes e cidadãos, ficando impunes diante de tais atitudes. Não houve reforma/democratização do judiciário nem das polícias, que seguem vendo no sindicalista, no sem terra, no sem teto o “inimigo interno”; 6) A impunidade é aliada da violência dos agentes do Estado. Como não foram punidos pelos crimes da época da ditadura sentem-se poderosos e acima do bem e do mal, livres para cometer violações cotidianas dos direitos humanos, por isso é preciso a abertura de todos os arquivos da ditadura, a revogação da lei de anistia e a punição dos torturadores e assassinos do regime militar. Sem isso não haverá democracia no Brasil; 7) Devemos aliar a luta por liberdades democráticas e pelo direito a manifestação à luta pela democratização dos meios de comunicação, pois os golpistas de 64 e os de hoje controlam a mídia e usam de benefícios e concessões dadas por governos para defender os interesses da classe dominante.

São algumas reflexões para quem deseja honrar a memória dos que lutaram contra a ditadura: não abandonar a luta jamais, mesmo quando as condições pareçam desfavoráveis, e nunca abandonar os princípios, as ideias e a ideologia que sempre orientaram as grandes transformações sociais.

---

*Marcelo Buzetto é professor no curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Fundação Santo André, doutor em Ciências Sociais PUC/SP e diretor do SINPRO ABC*



## Golpe de Estado no Brasil 1964:

**D**iversos acontecimentos ocorridos em 1964 marcaram o golpe civil-militar no Brasil pondo um fim ao governo do presidente eleito pelo voto popular João Goulart, também conhecido como Jango. Deflagrado no dia 31 de março, o golpe foi o resultado de conflitos que antecederam essa triste data. Se passaram 52 anos, mas o tema continua atual, já que em manifestações realizadas desde 2013, setores conservadores da sociedade pediam a volta do regime militar. Diante deste cenário, que inclui ações atropeladas do poder judiciário e da mídia com episódios tão vergonhosos quanto dos acusados da “Operação Lava jato”, o Sindicato dos Professores do ABC propõe à categoria uma reflexão com alunos e alunas sobre o que representou o “Golpe Civil- Militar de 64” para o País, e principalmente para o povo brasileiro.

# Aprofundando a história

## Governo João Goulart

Nos três anos em que esteve no poder, de 1961 a 1964, João Goulart foi acusado de tentar implantar uma república sindicalista no Brasil, como nos moldes soviéticos. As ideias do então presidente eram consideradas de esquerda. As reformas de base nos setores educacionais, agrários, fiscais e políticos, eram responsáveis pela “fama de comunista”. Além disso, sua passagem como ministro do Trabalho, durante o governo de Getúlio Vargas, teve forte destaque na sociedade brasileira. Jango formulou o plano de aumento de 100% do salário mínimo, em 1954, o que contrariou grande parte da elite do País.

De acordo com o professor do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Carlos Fico, autor do livro “O Golpe de 64: momentos decisivos” - lançado pela editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) -, não havia nenhuma evidência de que Jango implantaria uma república sindicalista. O plebiscito de 1962 fortaleceu o político, mas também teria desencadeado uma tentativa de desestabilização de seu governo por uma parcela dos empresários, dos militares, da imprensa, de adversários políticos e do governo dos Estados Unidos.

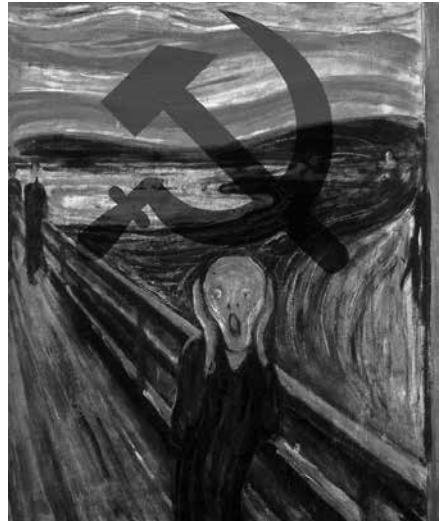




# Resumo dos anos anteriores ao golpe que instalou 21 anos de ditadura militar no Brasil.

## 1935 - Medo comunista

Em novembro de 1935 aconteceu a Intentona Comunista, rebelião organizada pelo Partido Comunista Brasileiro. Em algumas capitais, como Rio de Janeiro e Natal, simpatizantes do partido tentaram controlar quartéis e incentivar a população a derrubar o governo Getúlio Vargas. A rebelião foi rapidamente derrotada, mas deixou uma herança: consolidou no Exército uma forte tradição anticomunismo.



## 1948 - Teoria perigosa

Em 1948, oficiais brasileiros que frequentaram instituições militares americanas criaram a Escola Superior de Guerra (ESG). Ela se transformou na sede do pensamento militar anticomunista no Brasil, atraindo elites conservadoras do país. A ESG elaborou uma doutrina de segurança nacional, princípios teóricos que serviram para justificar a intervenção dos militares em assuntos do governo em nome de supostos “interesses da pátria”.

## 1954 - Ensaios golpistas

Entre 1951 e 1954, o governo nacionalista de Getúlio Vargas enfrentou uma séria oposição de militares e líderes civis conservadores, grupo mais alinhado com interesses americanos. Em agosto de 1954, as articulações para um golpe militar terminaram após o suicídio de Getúlio. Novas suspeitas de golpe surgiram em 1956, com o mesmo grupo conservador tentando, sem sucesso, impedir a posse do novo presidente eleito, Juscelino Kubitschek.



## 1959 - Revolução numa ilha

O “perigo comunista” voltou a ganhar destaque em 1959, quando uma revolução conduziu Fidel Castro ao comando de Cuba. A ascensão de Fidel no Caribe traz o comunismo, antes só difundido em governos na Europa e na Ásia, próximo do Brasil aumentando o medo dos conservadores em relação a políticos nacionalistas e de esquerda.

## 1961 - Renúncia inesperada

Em 25 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros renunciou. Conservadores pressionaram para que o vice, João Goulart (Jango), não assumisse, pois ele era tido como um político de esquerda. Mas militares legalistas defenderam a posse do vice. A saída foi adotar o parlamentarismo, que diminuiu o poder de Jango.

## 1963 - Jango ganha fôlego

Um plebiscito foi realizado no dia 6 de janeiro de 1963 para que a população decidisse se o parlamentarismo era mesmo aceito como o novo sistema de governo ou se o país retornaria ao presidencialismo. Por ampla margem, o eleitorado decidiu pelo retorno do regime presidencialista e Jango recuperou plenos poderes.



## **1964 - (13 de março) - Guinada à esquerda**

Mesmo fortalecido, Jango não teve o apoio parlamentar para aprovar as “Reformas de Base”, seu principal projeto de governo, que incluía, entre outros pontos, a nacionalização de empresas estrangeiras, reformas urbanas, impostos sobre grandes fortunas e a reforma agrária. Uma das oposições mais fortes que Jango enfrentava era a do Congresso Nacional. Suas promessas de governo não eram aprovadas na casa. Sem força, ele se aliou à esquerda nacionalista. Em 13 de março, num grande comício na estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, Jango pediu ao povo apoio às reformas. Os discursos de Jango encheram de medo a elite conservadora civil e militar brasileira.

## **1964 - (19 de março) - Reação da direita**

Menos de uma semana após o comício de Jango no Rio, que reuniu cerca de 300 mil pessoas, os conservadores organizaram uma passeata popular em resposta às alianças de Jango e seus projetos supostamente “comunistas”. No dia 19 de março, aproximadamente 500 mil pessoas participaram em São Paulo da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, exigindo o fim do governo João Goulart.

## **1964 - (30 de março) - A gota d’água**

Diante da resistência ao seu governo na cúpula das Forças Armadas, Jango se aproximou de militares de baixa patente, ficando ao lado deles em rebeliões no meio militar. Em 30 de março, Jango se encontrou com sargentos da PM do Rio e se solidarizou a eles. Oficiais graduados vêem no gesto uma ameaça à hierarquia militar. Era o que faltava para incentivar o golpe. Neste dia também ocorreu o segundo e último comício de João Goulart. A resposta imediata foi uma marcha - mas, dessa vez, exclusivamente militar, chefiada pelo comandante do I Exército, general Mourão Filho que deu início ao golpe militar de 1964 ao deslocar suas tropas de Juiz de Fora, em Minas Gerais, para a cidade do Rio de Janeiro.



## 1964 - (31 de março) - O desfecho militar

Na madrugada de 31 de março para 1º de abril, a rebelião contra o governo começou em Minas Gerais. Entre os líderes do movimento, destacaram-se o governador mineiro Magalhães Pinto e o marechal Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército. A rebelião foi apoiada em outras regiões, por políticos conservadores e pela maioria das Forças Armadas.

## 1964 - Sem reação, Jango foi deposto e se exilou no Uruguai

Sem apoio popular, Jango não reagiu aos conspiradores e decidiu partir para o exílio.

“Na noite de 31 de março, o telefone de João Goulart tocou. Na linha, esperava o general Amaury Kruel, Ministro da Guerra entre 1962 e 1963. Kruel aconselhou Jango a demitir seus ministros de esquerda. O presidente negou o pedido. Ainda que não estivesse disposto a ceder, Jango também não reagiu pela força. Em 1º de abril, decidiu deixar o Palácio das Laranjeiras, no Rio, e partir para Brasília. Cada vez mais sem apoio, o presidente viajou para Porto Alegre. Por fim, acompanhado por Assis Brasil, chefe do gabinete militar, João Goulart se exilou no Uruguai” relatou o professor Carlos Fico Autor do livro O golpe de 64 – Momentos decisivos (Editora FGV), historiador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## 1964 - Congresso referenda golpe

Após a sessão do Congresso Nacional, os parlamentares se dirigiram ao Palácio do Planalto, onde, às 3 horas da madrugada do dia 2 de abril, empossaram o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, como presidente do Brasil. O deputado não durou muito tempo no cargo. Em 15 de abril, teve de transmiti-lo ao marechal Castello Branco, primeiro presidente militar do novo regime.

## 1964 – 1985 - Anos de chumbo

Após a deposição de Jango, os militares prometeram um breve período de transição até o retorno da democracia. Demorou 21 anos para que o Brasil voltasse a ter um presidente civil. Cinco presidentes militares - e também 17 Atos Institucionais (AIs) - compuseram os 21 anos de governo ditatorial instalado a partir do golpe de Estado de 1964. Os Atos, decretados nos primeiros anos da ditadura, sustentaram o regime, calando oposições e possíveis rebeliões.

O período ficou marcado pela censura à imprensa e liberdade de pensamento, pela extinção do pluripartidarismo, pelas cassações de mandatos e suspensões de direitos na esfera política, pelo amplo poder dado ao Executivo, pelas prisões arbitrárias, as torturas e mortes. O AI-5, considerado como o mais repressivo dos Atos Institucionais, inaugurou os “Anos de Chumbo” da ditadura militar brasileira, que só viriam a acabar em 1978, com a Lei da Anistia.

O regime viveu seu auge no início da década de 1970, sob comando de Emílio Garrastazu Médici (1969-74), com a conquista da terceira Copa do Mundo e o milagre econômico brasileiro. Entrou em decadência anos depois, resultando na abertura política “lenta, gradual e segura”, iniciada no governo de Ernesto Geisel (1974-79) e finalizada no de João Baptista Figueiredo (1979-85). O período democrático foi reinaugurado em 1985, com a posse do civil José Sarney, que recebeu a faixa destinada a Tancredo Neves, presidente eleito indiretamente e que morreu antes de tomar posse. O brasileiro, porém, só retornou às urnas para votar para presidente em 1989.







## Poema Liberdade

Não ficarei tão só no campo da arte, e, ânimo firme, sobranceiro e forte,  
tudo farei por ti para exaltar-te, serenamente, alheio à própria sorte.  
Para que eu possa um dia contemplar-te dominadora, em férvido  
transporte, direi que és bela e pura em toda parte, por maior risco em  
que essa audácia importe.  
Queira-te eu tanto, e de tal modo em suma, que não exista força  
humana alguma que esta paixão embriagadora dome.  
E que eu por ti, se torturado for, possa feliz, indiferente à dor, morrer  
sorrindo a murmurar teu nome”

*Carlos Marighella - 1939*

**Qualquer semelhança  
com os dias atuais  
NÃO é mera coincidência**



**#NÃOVAITERGOLPE**



**SINPRO ABC  
3 ANOS**